



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 21
REALIZADA EM 10/12/2009

000157
Fls

----- **ACTA NÚMERO VINTE E UM/DOIS MIL E NOVE** -----

----- **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO** -----

----- **MARCO DE CANAVESES DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009** -----

----- Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, presidida pelo Senhor Dr. Manuel Maria Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e com a presença dos Senhores Vereadores: Eng.º José António Carvalho Soares da Mota, Dra. Gorete Manuela Bouça da Costa Monteiro Oliveira, Dra. Carla Manuela de Abreu Massa Babo Ribeiro, Avelino Ferreira Torres e Dr. Artur Elísio de Braga de Melo e Castro, comigo Fernanda Eugénia Pereira Neves da Fonseca Araújo, como secretária da presente reunião e Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Quando eram quinze horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O Senhor Presidente deu início à reunião entregando aos Senhores Vereadores cópia de parecer jurídico, relativamente à interpretação do artigo 87º nº2 da Lei 169/99 de 18.09 - prazo de 2 dias úteis/48 horas para entrega da documentação referente às reuniões de Câmara. -----

O Senhor Vereador Avelino Ferreira Torres leu uma tomada de posição sobre este mesmo assunto - doc. a) em anexo - e, uma vez que não concordava com a legalidade da convocação da presente reunião, ausentou-se de seguida, passados 5 minutos do início da presente reunião. -----

O Senhor Presidente continuou a reunião dando conta de diversas iniciativas levadas a cabo pela Câmara Municipal ou nas quais esta participou. -----

No dia 3 de Dezembro assinalámos o Dia Mundial do Cidadão com Deficiência com uma Acção de Sensibilização "Geração de Inclusão". -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 21
REALIZADA EM 10/12/2009

000157^v
Fls

Nos dias 4 e 5 de Dezembro estivemos presentes no XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Definiram-se os objectivos estratégicos para os próximos 4 anos, reflectiu-se sobre as novas atribuições e competências a transferir para os Municípios e sobre a necessidade de estas serem acompanhadas das correspondentes ajudas financeiras. Elegeram-se, igualmente, os novos órgãos nacionais da ANMP. Informou o Senhor Presidente que foi reeleito para o Conselho Geral da ANMP. -----

No dia 6 de Dezembro estivemos presentes na criação de um novo Grupo de Escoteiros – O Grupo 237 do Marco de Canaveses, que funciona na sede da Junta de Freguesia de Tabuado. -----

Durante a manhã de hoje estivemos presentes na reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal da AMBT – Associação de Municípios do Baixo Tâmega para instalação dos seus órgãos. O Senhor Presidente informou que foi eleito para Presidente da Assembleia Intermunicipal, sendo Vice-Presidente da Mesa a Vereadora da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, a Dra. Ana Stella Monteiro e secretário o Vereador da Câmara Municipal de Baião, Dr. Manuel Durão. No Conselho Directivo estão os restantes cinco Presidentes da Câmara, sendo Presidente deste órgão o Presidente da Câmara Municipal de Amarante. Mais informou o Senhor Presidente que na referida reunião se analisou a questão da continuidade desta Associação de Municípios, face à existência da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Mas se referiu o Senhor Presidente à habitual participação da AMBT na BTL e que vamos tentar participar nesta importante feira através da Entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal. -----

No próximo dia 12 de Dezembro a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários promoverão a habitual Festa e ceia de Natal, para a qual convidaram toda a Vereação. -----



Nesse mesmo dia, a Associação dos Artesãos do Marco de Canaveses inaugura uma feira de Artesanato, de Natal e Produtos da Terra. -----

No dia 13 de Dezembro a secção destacada de Constance dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses convida para a cerimónia do seu 10º aniversário. -----

O Senhor Presidente referiu ainda que, na sequência da deslocação à sala de reuniões para os deputados da Assembleia Municipal e Vereadores da oposição, esta já se encontrava devidamente equipada com mais dois armários e uma secretária com computador com acesso à net e que tinha sido entregue a senha para criação de e-mail dos Vereadores da oposição. Relativamente ao horário de utilização da sala, este foi elaborado, por consenso, entre a Mesa da Assembleia e os líderes dos grupos municipais da Assembleia Municipal. Conforme tinha sugerido na anterior reunião de Câmara, solicitou-se aos Vereadores da oposição que se articulassem com os seus respectivos grupos municipais para utilização da sala, de acordo com o horário estabelecido. O Senhor Presidente entregou este aos Vereadores presentes. -----

Seguidamente o Senhor Presidente convidou os Senhores Vereadores para a Festa de Natal da Câmara Municipal a efectuar no dia 18 de Dezembro, dando conta do respectivo Programa. Convidou igualmente o Senhor Presidente para o almoço de Natal dos autarcas municipais que irá ter lugar no decurso da Assembleia Municipal que decorrerá no dia 19 de Dezembro. -----

No que concerne às questões levantadas pelo MCFT na última reunião de Câmara, o Senhor Presidente começou por esclarecer que, relativamente à toponímia, na freguesia do Torrão, a toponímia daquela freguesia tinha sido aprovada, mas que o topónimo "Avelino Ferreira Torres", para uma das artérias da freguesia, tinha sido rejeitado. A ex-Presidente da Junta de Freguesia do Torrão,



lamentavelmente, não respeitou a deliberação da Câmara Municipal, colocando a placa, na referida artéria, com o topónimo rejeitado. O Senhor Presidente informou que já tinha solicitado ao novo Presidente da Junta de Freguesia do Torrão que deveriam sugerir outro topónimo para aquela via, para que a placa seja retirada o mais brevemente possível. -----

No que concerne ao pedido dos débitos da Câmara Municipal a 30.09.2009 o Senhor Presidente informou que, segundo informação do Departamento de Administração Geral e Finanças, este é de 2.389.988,73 euros. -----

No que respeita à dívida à empresa "Águas do Marco" o Senhor Presidente informou que esta é de 1.164.488,99 euros, incluindo água e saneamento. Realçou o Senhor Presidente que, no âmbito do contrato de Concessão, a empresa "Águas do Marco" ainda tinha que pagar à Câmara Municipal cerca de 1 milhão de euros. -----

Relativamente ao pedido do MCFT de saber os custos com a montagem da tenda para a cerimónia da tomada de posse da Assembleia e Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que o valor do aluguer da tenda tinha sido de 5470 euros e o som mais 800 euros, que serviu, igualmente, para, nesse dia, fazer a noite da Juventude. O Senhor Presidente referiu que considerava que se tratou de uma cerimónia com a dignidade necessária e que permitiu a participação alargada de centenas de cidadãos marcoenses e que houve outros Presidentes da Câmara a fazer o mesmo, tal como o Presidente da Câmara Municipal de Baião, que também, para o efeito, mandou instalar uma tenda idêntica em frente aos respectivos Paços do Concelho. -----

Já no que se refere ao pedido do MCFT para reunir em reunião de Câmara os Presidentes das Juntas de Freguesia da Cidade para delimitação dos limites das freguesias de Tuías, Fornos e S. Nicolau e para resolver a questão da



comparticipação de 50% na taxa de recolha dos resíduos sólidos, o Senhor Presidente informou que foi constituída, no mandato anterior, uma comissão para o efeito, com a participação de membros da Câmara e da assembleia Municipal, a qual não chegou ao necessário consenso. Admitiu o Senhor Presidente que se possa, no actual mandato, constituir uma nova Comissão, se for considerado útil, uma vez que a anterior não conseguiu os resultados que se esperava. No entanto, alertou o Senhor Presidente, a competência para alteração de limites de freguesias é da Assembleia da República, nós apenas podemos sugerir. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente entregou ao Senhor Vereador do PS, Dr. Artur Melo, os relatórios trimestrais que se enviam à DGAL, conforme solicitação deste. Referiu que a informação que faltava relativa ao 3º trimestre de 2009, estava incluída na informação do pedido de empréstimo que tinha sido solicitado ao Governo no Verão. -----

Mais informou o Senhor Presidente que a próxima reunião pública de Câmara será no dia 22.12.2009, às 15 horas, antecipando-se, assim, a reunião na sua data estabelecida, que coincidiria com a véspera de Natal. -----

Tomou da palavra o Senhor Vereador do PS, Dr. Artur Melo, referindo que considera que a presente reunião é perfeitamente legal e que a reunião foi intempestivamente abandonada pelo Senhor Vereador Avelino Ferreira Torres. No entanto, temos que estar devidamente salvaguardados e assegurar que esta reunião se encontra legalmente convocada, até pela delicadeza das matérias que constam da ordem de trabalhos. -----

O Senhor Presidente respondeu que temos consciência da importância desta reunião e que por isso nos munimos de parecer do Gabinete Jurídico e até consultámos a ATAM e outras Câmaras Municipais da região, que também convocam com dois dias úteis de antecedência e que consideram que tal



corresponde a 48 horas. Manifestou ainda o Senhor Presidente que o Senhor Vereador Avelino Ferreira Torres, quando presidiu à Câmara Municipal durante 23 anos, que tantas irregularidades e ilegalidades cometeu, como foram demonstradas por diversas entidades competentes e judiciais venha agora levantar uma questão desta índole. -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo lembrou uma questão levantada por um munícipe no período público da anterior reunião de Câmara, relativamente a danos provocados por rebentamentos em Avessadas. -----

O Senhor Presidente respondeu que o assunto se encontrava no Gabinete Jurídico e que iríamos tentar agendar o assunto na próxima reunião de Câmara. -----

O Senhor Presidente solicitou a introdução do seguinte ponto na ordem de trabalhos: Direito de ocupação dos lugares da Feira do Marco – prorrogação do prazo. -----

Por unanimidade, todos os Vereadores concordaram com a introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos. -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

1. Aprovação da acta da reunião anterior. Presente a acta da reunião anterior. -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo manifestou que as actas devem expressar de forma inequívoca as posições de cada um, nomeadamente as declarações de voto e as respectivas propostas quando apresentadas, pelo que não concordava com a não transcrição em acta destas. -----

O Senhor Presidente respondeu que quando há declarações de voto de forma oral, até dois minutos, conforme determina o Regimento da câmara, estas ficam transcritas devidamente nas actas, mas quando são apresentadas por escrito as mesmas devem ser anexadas à respectiva acta. -----



O Senhor Vereador Artur Melo expressou o seu **desacordo**. -----

O Senhor Presidente sugeriu, então que as declarações de voto fossem numeradas e anexadas à acta respectiva, uma vez que fazem parte integrante da acta. -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo concordou. -----

2. Balancete de Tesouraria de 09/Dezembro/2009. Foi apreciado o balancete da tesouraria de 9 de Dezembro de 2009 de dois mil e nove, onde se constatou que havia um saldo de € 444.184,48 (*quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e oitenta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos*) de Operações Orçamentais e € 981.741,21 (*novecentos e oitenta e um mil, setecentos e quarenta e um euros e vinte e um cêntimos*) de Operações Não Orçamentais. -----

Tomado Conhecimento. -----

Depois a Câmara passou a ocupar-se do seguinte expediente: -----

3. Alteração da denominação do Estádio "Avelino Ferreira Torres".

Presentes as propostas apresentadas sobre este assunto na reunião de Câmara de 5 de Novembro de 2009, bem como os Pareceres da Comissão Municipal de Toponímia e da Junta de Freguesia de Fornos. -----

O Senhor Presidente apresentou o assunto e deu conta dos passos que foram dados até à data, nos termos do Regulamento aplicável: solicitação dos Pareceres da Junta de Freguesia de Fornos e da Comissão Municipal de Toponímia, os quais foram favoráveis à proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido de o Estádio passar a designar-se "Estádio Municipal do Marco de Canaveses". -----

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal de alterar a denominação do Estádio "Avelino Ferreira Torres", para " Estádio Municipal do Marco de Canaveses". -----

4. Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal do Marco de



Canaveses e a Associação Empresarial do Marco para Implementação da Iluminação e Sonorização de Natal. Presente o Protocolo mencionado. -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo questionou sobre a atribuição desta verba, sobre se houve contratação prévia. -----

O Senhor Presidente esclareceu que, todos os anos temos feito o convite a cerca de 300 comerciantes para participarem nas despesas da iluminação de Natal, mas pouco o fazem. No anterior mandato, todos os anos fizemos um convite aos mesmos para uma reunião de sensibilização para o efeito, aparecendo apenas cerca de 20 comerciantes. Este ano fizemos apenas, como é habitual, uma carta a todos a solicitar a participação para o efeito e o resultado foi o apoio novamente de alguns comerciantes, que participaram em mais de 4000 euros. A participação foi a possível e muito gostaríamos que mais comerciantes aderissem. -----

Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo. -----

5. Protocolo entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Federação de Andebol de Portugal. Ratificação. Presente o protocolo mencionado. -----

Deliberado por unanimidade ratificar o Protocolo mencionado. -----

6. Protocolo entre a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e os Municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende – “Economia Digital e Sociedade de Conhecimento – Valorização do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Municípios que integram a NUTS III – Tâmega. Presente o Protocolo mencionado. -----



Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo. -----

7. Protocolo entre a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e os Municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende – “Acções Imateriais para a prevenção e gestão de riscos materiais e tecnológicos nos municípios que integram a NUTS III – Tâmega”. Presente o Protocolo mencionado. -----

Deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo mencionado, dando-se poderes ao Sr. Presidente ou seu substituto legal para assinatura do mesmo. -----

8. Abertura de Procedimento de Ajuste Directo – Resíduos Sólidos Urbanos. Presente proposta do Senhor Presidente no nos termos mencionados na mesma. -----

O Senhor Presidente apresentou e justificou o assunto, dando conta das decisões judiciais e seus fundamentos que conduziram a esta proposta. -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo referiu que este assunto sempre foi polémico e que, pela leitura que fez dos documentos, há vícios procedimentais da responsabilidade da Câmara Municipal. Por outro lado, considerou o Senhor Vereador que esta proposta de ajuste directo não se encontra devidamente enquadrada no artigo 24º nº1 c) do Código dos Contratos Públicos, uma vez que há, como referiu, responsabilidade directa da Câmara nesta situação. -----

O Senhor Presidente respondeu que sempre soubemos que o Senhor Vereador nunca esteve de acordo com a adjudicação feita através do concurso



internacional, mas que – e tal é muito relevante – a satisfação geral, que vamos obtendo através da opinião dos Presidentes da Junta de Freguesia e cidadãos é muito positiva. Mais referiu que o Presidente do júri – Dr. Bento Marinho – tinha-lhe pedido para informar que estava disponível para quaisquer esclarecimentos que fossem necessários. -----

Solicitou o Senhor Presidente à sua chefe de gabinete que esclarecesse a bondade jurídica desta proposta. -----

A Dra. Fernanda Araújo esclareceu que esta proposta tinha inteiro cabimento legal e que o artigo 24º nº 1 c) do Código dos Contratos Públicos era aplicável já que a decisão judicial que justifica esta proposta é um factor externo, não imputável à Autarquia e que quando o preceito fala em imputabilidade refere-se à abertura do procedimento e não a factos anteriores. -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo solicitou os documentos relativos à anterior adjudicação à Focsa e que o júri deveria, na reformulação do relatório, ser alterado. -----

Deliberado por maioria, com o voto contra do Vereador do PS, Dr. Artur Melo, com a declaração de voto em anexo (anexo II) autorizar a abertura de procedimento de ajuste directo, nos termos mencionados na proposta do Senhor Presidente, autorizando-se, desde logo, a elaboração da minuta do correspondente contrato. -----

9. Actualização da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município para o ano económico de 2010. Presente proposta do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças no sentido da manutenção dos valores constantes da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais para o ano económico de 2010, pelas razões expostas na referida informação. -----



Deliberado por unanimidade manter os valores constantes da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais para o ano económico de 2010. -----

10. Revisão do PDM – Comissão de Acompanhamento. Presente proposta do Senhor Presidente no sentido da sua designação para a Comissão de Acompanhamento do PDM. -----

Deliberado por unanimidade designar o Senhor Presidente, Dr. Manuel Moreira, para integrar, em nome da Câmara Municipal a Comissão de Acompanhamento de Revisão do PDM. -----

11. Alteração de números de polícia na freguesia de Santo Isidoro. Presente solicitação da Junta de Freguesia de Santo Isidoro no sentido da alteração da numeração de polícia daquela freguesia. -----

Deliberado por unanimidade autorizar a alteração da numeração de polícia solicitada pela Junta de Freguesia de Santo Isidoro. -----

12. Processo de Averiguações nº 34/2009. Responsabilidade Extracontratual da Autarquia. Presente o relatório mencionado. -----

Deliberado por unanimidade ressarcir o lesado na quantia de 578,86 euros. -----

13. Processo de Averiguações nº 27/2009. Responsabilidade Extracontratual da Autarquia. Presente o relatório mencionado. -----

Deliberado por ressarcir o lesado na quantia de 312 euros. -----

14. Atribuição de um subsídio mensal de 300 euros ao Futebol Clube de Aliviada com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2009 e até 30 de Junho de 2010. Presente pedido de subsídio do Futebol Clube da Aliviada no qual o Senhor Presidente despachou propondo a atribuição de 300 euros mensais. -----



Deliberado por unanimidade atribuir o subsídio proposto pelo Senhor Presidente. -----

15. Destaque de Parcela. Requerentes: Maria Adelaide Pereira Correia Soares e Maria Alice Pereira Soares da Rocha. Local: S. Sebastião – Penhalonga. Presente o requerimento em que as referidas requerentes solicitam certidão comprovativa que o destaque de parcela de terreno com a área de 1900 m² está, nos termos do nº 4 do artigo 6º do DL 555/99, de 16.12, dispensada de licenciamento ou autorização. -----

Face ao teor da informação técnica, deliberado por unanimidade certificar nos termos do nº. 9 do artigo 6º do mesmo diploma. -----

16. Destaque de Parcela. Requerentes: Maria Adelaide Pereira Correia Soares e Maria Alice Pereira Soares da Rocha. Local: S. Sebastião – Penhalonga. Presente o requerimento em que as referidas requerentes solicitam certidão comprovativa que o destaque de parcela de terreno com a área de 1500 m² está, nos termos do nº 4 do artigo 6º do DL 555/99, de 16.12, dispensada de licenciamento ou autorização. -----

Face ao teor da informação técnica, deliberado por unanimidade certificar nos termos do nº. 9 do artigo 6º do mesmo diploma. -----

17. Destaque de Parcela. Requerente: Jorge Paulo Ribeiro Soares. Local: Estrada - Manhuncelos. Presente o requerimento em que o referido requerente solicita certidão comprovativa que o destaque de parcela de terreno com a área de 900 m² está, nos termos do nº 4 do artigo 6º do DL 555/99, de 16.12, dispensada de licenciamento ou autorização. -----

Face ao teor da informação técnica, deliberado por unanimidade certificar nos termos do nº. 9 do artigo 6º do mesmo diploma. -----



18. Destaque de Parcela. Requerente: Carlos Alberto Pinto Moreira.

Local: Vales, Ariz. Presente o requerimento em que o referido requerente solicita certidão comprovativa que o destaque de parcela de terreno com a área de 3000 m² está, nos termos do nº 4 do artigo 6º do DL 555/99, de 16.12, dispensada de licenciamento ou autorização. -----

Face ao teor da informação técnica, deliberado por unanimidade certificar nos termos do nº. 9 do artigo 6º do mesmo diploma. -----

19. Proposta do Movimento "Marco Confiante com Ferreira Torres" sobre a atribuição de uma cadeira de rodas a um munícipe. Presente a proposta mencionada. -----

O Senhor Presidente informou que o Munícipe em causa, numa visita das técnicas do Gabinete Municipal de Acção Social, referiu que não dirigiu o pedido à Câmara Municipal propositadamente e que se o quisesse tinha-o feito. Esclareceu o Senhor Presidente que, segundo informação do Gabinete Municipal da Acção Social – a qual se encontra anexa à acta - a família não é carenciada. Assim, e sem prejuízo da permanente atenção que temos nestas matérias, o pedido não deverá ser atendido. -----

Rejeitada por unanimidade a proposta do "Marco Confiante com Ferreira Torres". -----

20. Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2010. Presente o documento mencionado. -----

O Senhor Presidente referiu que este é – como todos os outros – um orçamento condicionado pelas conhecidas dificuldades financeiras do Município e designadamente decorrentes do Contrato de Reequilíbrio Financeiro e, se não fosse este facto, muito gostaríamos que o Plano Plurianual e Orçamento fossem mais prospectivos e ambiciosos. Seguidamente, deu a palavra ao Dr. João Paulo



Maricato, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças para explicar o seu conteúdo e opções. -----

A elaboração do orçamento assentou no levantamento, tão rigoroso quanto possível, das despesas obrigatórias, nomeadamente: -----

- Dotações necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes da Lei: obrigações fiscais, contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, etc.; -----

- Dotações destinadas às remunerações certas e permanentes; -----

- Dotações para despesas que resultem de contratos para empreitadas, fornecimento de bens ou de prestação de serviços; -----

- Dotações para liquidações de encargos da dívida resultantes de empréstimos contraídos; -----

- Dotações para compromissos assumidos com terceiros, resultantes de contratos em curso e protocolos estabelecidos, respeitando-se, deste modo, todas as vinculações externas existentes. -----

Relativamente às receitas, a sua previsão teve por base e como critério principal, os valores arrecadados nos últimos vinte e quatro meses, quer no que respeita às taxas e tarifas cobradas pelo Município, quer para os Impostos liquidados pela Administração Central, bem como as receitas provenientes da venda de serviços.

No que se refere ao financiamento externo, isto é, aos recursos provenientes de programas comunitários, protocolos com a Administração Central e com outras entidades, foram consideradas as importâncias respeitantes à componente subvencionada do investimento ou das acções a realizar no ano 2010, em conformidade com a efectiva atribuição pelas respectivas entidades gestoras dos fundos. -----

As Grandes Opções do Plano (GOP's), o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Orçamento para o ano 2010, que a seguir se apresentam elaborados de acordo



com as disposições legais em vigor, definem e quantificam as fontes de financiamento e as respectivas aplicações, para as diferentes áreas de intervenção municipal, a realizar durante o ano económico de 2010. -----

O Plano Plurianual de Investimentos, nos termos do n.º 4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, contém discriminado por objectivos, programas, projectos e acções as despesas a realizar por investimentos, num horizonte móvel de 4 anos. -----

As Grandes Opções do Plano (GOP's), contém para além das despesas de investimento, as restantes despesas de capital, as despesas plurianuais, as transferências correntes e outras despesas correntes que se realizam no âmbito de um determinado projecto ou objectivo gizado pelo Município. -----

Procurando respeitar o estabelecido nos documentos base anteriormente mencionados, o presente Orçamento para 2010 pretende respeitar os princípios da proporcionalidade e da solidariedade recíproca dentro das diversas funções e atribuições municipais, proporcionando aos diversos sectores de gestão, os meios suficientes para atingir os objectivos identificados para o Plano de Médio Prazo. -

A estimativa das despesas e das receitas para o próximo ano económico, efectuada com base nos pressupostos anteriores, em termos de distribuição de valores e segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica: a Receita e a Despesa previstas para o ano 2010 são de cerca de 27,7 milhões de euros, constatando-se a existência de um superavit corrente superior a 1,4 milhões de euros, proveniente do excesso das Receitas Correntes sobre as Despesas da mesma natureza, o qual financia no mesmo valor as Despesas de Capital. As Despesas Correntes, no cômputo da Despesa Total, representam 71% da mesma. Anota-se que, mais uma vez, a Despesa Corrente, em termos previsionais, tem maior peso no orçamento global que a Despesa de Capital. -----



Quanto às Receitas, a receita Municipal prevista para o ano 2009 é de 26.223 mil euros, apresentando, em relação à receita corrente inicialmente orçamentada para o ano de 2010, um aumento de (+7,25%). Em termos da natureza de origem dos recursos verifica-se que 76% dos mesmos provêm de Receitas Correntes (19.820 mil euros) e 24% de Receitas de Capital (cerca de 6.402 mil euros). -----

a estrutura da receita sofreu alguma alteração relativamente ao observado no ano anterior. O peso das Receitas Correntes aumentou, em cerca de 0,97 pontos percentuais, ao qual corresponderá, necessariamente, um decréscimo da mesma importância das Receitas de Capital. O quadro mostra ainda que enquanto se prevê para as Receitas Correntes um **aumento +7,25%**, mantendo-se, sensivelmente, a importância relativa de cada uma das rubricas (destaque para as Transferências correntes que mantiveram o seu peso relativo em 43,01% para o ano económico de 2010), o mesmo também sucede nas receitas de capital para as quais se prevê um **ligeiro aumento de +1,70%**, mantendo-se o peso das diferentes componentes. Deste facto, resulta uma maior importância relativa das Transferências de capital (22,89% na Receita Total) que passará a ser, juntamente com a componente, Venda de bens de investimento, Activos financeiros e Outras receitas de capital, as únicas receitas de capital. -----

Pode concluir-se, contudo, que a aumento da Receita em (+5,89%), tem origem, essencialmente nos Rendimentos de propriedade (+60,22%), nas Transferências correntes (+5,84%) e nas Vendas de bens e serviços (+27,12%), representando em termos líquidos um acréscimo no valor de **+1.614.211 euros**. -----

Os valores considerados em Transferências de Capital assentam essencialmente nas verbas provenientes do Estado. No que se refere aos protocolos firmados ou candidaturas apresentadas, e que representam os montantes a receber, em 2010,



em consonância com a execução dos cronogramas físicos das obras/actividades constantes dos referidos contratos de financiamento, estes serão afectos como receita consignada à respectiva despesa de investimento. -----

Os valores correspondentes a receitas fiscais foram calculados no estrito cumprimento da Lei, a qual impõe que os referidos montantes se obtenham pela média aritmética simples dos valores executados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento. Deste procedimento, resultou sensivelmente a manutenção de receita estimada para os Impostos Directos (+0,11%), um decréscimo de (-7,71%) do montante previsto para os Impostos Indirectos, e um decréscimo de (-8,05%) do montante previsto para Taxas, multas e Outras Penalidades. -----

Ainda a este respeito, o Dr. João Paulo Maricato alertou para o facto de a Câmara Municipal ter beneficiado do abaixamento das taxas de juro e que, se voltarem a subir, tal condicionará o pagamento mensal dos juros às entidades bancárias pelo serviço da dívida. -----

A mesma metodologia foi seguida para se obter as receitas previsionais de Rendimentos de Propriedade, verificando-se no entanto um aumento excepcional (+60,22%) neste ano, o qual se deve ao encontro de contas entre a arrecadação de receita trimestral das rendas de concessão e o pagamento da iluminação pública. O montante desta rubrica resulta principalmente das rendas arrecadadas à empresa E.D.P. -----

Sobre este ponto, o Senhor Vereador Dr. Artur Melo perguntou se o valor da renda paga pela EDP à Câmara Municipal era negociável. -----

O Dr. João Paulo respondeu que julgava que não, uma vez que tal resultava da aplicação de uma lei de transferência de competências para a EDP no que respeita à iluminação pública. -----



O Senhor Vice-Presidente aproveitou para informar que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura à ON2 no sentido da aplicação, na iluminação pública, de reguladores de fluxo. -----

No que se refere às transferências correntes, estas aumentaram (+5,84) fruto da execução efectiva das transferências provenientes dos acordos de colaboração em parceria com a DREN. As transferências correntes constituem, em 2010, o contribuinte com maior peso, isto é, 43,01% das receitas totais, ou seja, representa 11.943 mil euros. -----

Mantém-se o impacto negativo, como fonte de receita, a Venda de Bens e Serviços, que em termos reais contribui apenas para 1,18% das receitas totais, e à qual corresponde aproximadamente 327 mil euros de receita líquida anual arrecadada. -----

Estes valores são apurados, se não considerarmos o aumento excepcional da receita dos Resíduos Sólidos e Urbanos. Este aumento atípico este ano diz respeito à arrecadação das receitas desde o ano de 2005 nos termos dos protocolos existentes celebrados com as Juntas de Freguesia do concelho. Considerando ainda que actualmente a Receita arrecadada corresponde a 6% da despesa efectiva com as prestações de serviços na actividade de Resíduos Sólidos e Urbanos verifica-se um desequilíbrio que evidencia a necessidade de reestruturação deste regulamento municipal nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, sendo que os preços a fixar não devem ser inferiores aos custos directa ou indirectamente suportados com as prestações destes serviços. -----

A este respeito, o Dr. João Paulo alertou para o facto de as Juntas de Freguesia não estarem a cumprir com o compromisso de devolver à Câmara Municipal 50% das receitas da recolha dos resíduos sólidos. -----



O Senhor Presidente referiu que já procurámos sensibilizar as Juntas de Freguesia sobre este assunto e vamos procurar assegurar que a cobrança seja universal. ---

Ainda a este propósito o Senhor Vice-Presidente referiu que os valores a cobrar diferem consoante o tipo de actividade. Por outro lado, referiu igualmente, a cobrança é difícil. Estamos a procurar que a mesma vá incluída na factura da EDP. Sendo certo que a receita deve cobrir os custos, vamos tentar alcançar esse objectivo patamar a patamar. -----

Continuando o Dr. João Paulo, referiu que este valor mostra que para além da transferência da prestação de serviços de água e saneamento para a empresa Águas do Marco, a não consideração da cláusula 71.^a (Retribuição) do Contrato de Concessão efectuado na Receita implicaria uma diminuição na receita total, para o ano 2010, no valor de 1.321 mil euros. -----

Este valor mostra que a actividade económica do Município, materializada na prestação de serviços para além da exercida no desempenho da sua autoridade administrativa, sofre um impacto negativo na capacidade de gerar receita municipal significativa, contribuindo, deste modo, para a dependência da autarquia dos recursos provenientes dos Impostos, das Transferências e até dos Passivos Financeiros se tal cenário fosse viável dados os condicionalismos decorrentes do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. -----

O montante de cerca de 11.943 mil euros a arrecadar de Transferências Correntes constitui, efectivamente, o aglomerado com maior impacto no Orçamento da Receita, representando 43,01% da Receita Total e 56,19% da Receita Corrente, prevendo-se um aumento, com uma taxa de (+5,84%). No entanto, foram os Rendimentos de propriedade que constituíram o maior acréscimo, em termos de valores absolutos, da Receita prevista e que se cifra em 776 mil euros, ou seja, contribui para uma taxa de crescimento positivo da Receita Total (+5,89%). Este



aumento também é sustentado e justificado pelo volume de participações financeiras a receber no ano económico de 2010 no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – Q.R.E.N – 2007-2013. -----

A existência de valores no agregado económico Activos Financeiros diz respeito à venda de acções detidas pelo Município de Marco de Canaveses da REBAT, S.A para a E.G.F – Empresa Geral do Fomento, S.A no âmbito do processo de constituição da sociedade RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. -----

Estima-se uma diminuição em termos absolutos, para 2010, em cerca de (-58.744) euros de receitas tributárias, o que revela a estagnação das receitas tributárias relacionada com a retracção da actividade económica. -----

Quanto às despesas, o valor previsto ascende a 27,7 milhões de euros. -----

Prevê-se que as Despesas Correntes, em 2010, aumentem (+0,68%), enquanto que as Despesas de Capital aumentarão (+22,35%). As Despesas Correntes referidas no ponto anterior incluem as Despesas com o Pessoal, a Aquisição de Bens e Serviços, as Transferências correntes, os Juros e outros encargos e Outras Despesas Correntes. -----

Verifica-se que as dotações destinadas ao Pessoal ascendem a 7.537 mil euros, valor que representa um acréscimo relativamente ao valor inicialmente previsto para 2009, de 0,68%. Esta componente com o agregado Aquisição de Bens e Serviços (8.158 mil euros) formam a parcela mais significativa das despesas do Orçamento (com um peso de 56,5%). Face ao ano de 2009, a Aquisição de Bens de Capital irá registar uma diminuição de (-28,75)% em parte devido ao fim do período de carência da amortização do empréstimo da C.G.D de 20 milhões de euros, o que justifica o aumento da despesa com os passivos financeiros. -----



No que se refere às despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes, anota-se que as mesmas aumentaram cerca de (+26,19%) relativamente a 2009. O aumento de dotação desta componente da despesa resulta da assunção dos compromissos existentes nomeadamente ao nível do desempenho de competências inerentes ao normal desenvolvimento da actividade autárquica, dos quais se destacam os encargos com as instalações, as prestações de serviços na área dos Resíduos Sólidos e Urbanos, as prestações de serviços ao nível de projectos, pareceres, consultoria e outros só possível numa perspectiva plurianual. Estes compromissos contam com uma contribuição do Saldo da Gerência Anterior mais reduzida face aos anos anteriores. À semelhança do ano económico de 2008, em que o esforço de poupança dos dois anos anteriores foi necessário para realizar os investimentos com comparticipação comunitária do Quadro Comunitário de Apoio – Q.C.A III, o Município terá de adoptar a mesma estratégia para a realização dos investimentos que se propõe fazer no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – Q.R.E.N – 2007-2013. -----

Quanto ao Investimento, em 2010, o Investimento directo definido e executado pelos serviços da autarquia, estima-se que ascenda aos 3 milhões euros, ou seja mais (-28,75)% que o orçamentado em 2009. -----

Esta diminuição de investimento resulta essencialmente do aumento da despesa referente ao Passivo Financeiro, fruto do fim do período de carência da amortização do empréstimo da C.G.D de 20 milhões de euros. -----

O elevado volume de novos projectos e empreitadas em carteira aprovados com comparticipação financeira do FEDER no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN – 2007-2013, irá indubitavelmente depender da criação de poupança financeira e da aprovação da



reestruturação do Plano de Reequilíbrio Financeiro, uma vez que a execução de investimentos se encontra limitada à reduzida capacidade financeira da Autarquia.

Estes investimentos representam cerca de 3 milhões de euros, incluídos no Orçamento Municipal e de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos (P.P.I). Assim, o P.P.I. reflecte a concretização de vários investimentos a realizar no domínio do Saneamento a Abastecimento de água; Funções Sociais, - as quais, no domínio da Acção Social, duplicam - Ensino; Protecção, Meio Ambiente e Conservação da Natureza; Cultura; Desporto, Recreio e Lazer; Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca; Indústria e Energia; Transportes Rodoviários; Ordenamento, Comércio, Turismo e Outras Funções Económicas. -----

A limitação das despesas de investimento resulta dos condicionalismos impostos pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro que as fixam em montante limitado ao valor global da receita corrente, acrescido da componente capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro, deduzido das despesas obrigatórias.

Apesar destes condicionalismos, o Plano Plurianual de Investimentos mostra as iniciativas para as quais existem recursos financeiros (comparticipações comunitárias aprovadas e financiamento autárquico próprio) para a execução orçamental de 2010, nomeadamente nas áreas da Educação, Saneamento, Transportes Rodoviários, Administração Geral, Acção Social, Protecção, Meio Ambiente e Conservação da Natureza e Desporto, Recreio e Lazer. -----

O Plano apresenta, também, a orientação estratégica ao nível dos investimentos para o próximo quadriénio do Órgão Executivo. Destaca-se a aposta em novas áreas como o Ensino, Saneamento, Transportes Rodoviários, Acção Social e Ordenamento do Território. -----

O Senhor vereador solicitou informação acerca dos transportes escolares: rede, custos e participação pelo Estado. -----



O Senhor Vice-Presidente esclareceu que, em bom rigor, não há transporte escolar, o que há é a atribuição de um passe escolar em transportes públicos. ----

Despesas com Pessoal - As Despesas com o Pessoal assumem-se, como é inevitável, como a segunda maior parcela do orçamento municipal (7.537 mil euros), posicionando-se no primeiro lugar a Aquisição de Bens e Serviços (8.158 mil euros), verificando-se no primeiro agregado uma taxa de crescimento previsional da ordem dos (+0,68%). -----

Embora tenha sido previsto um crescimento esperado das Despesas com Pessoal, estas representarão 27,1% do Total da Despesa, com um crescimento de (+0,68%) face ao ano económico de 2009, cenário justificado pelas situações seguintes: -----

- Montante da Contribuição mensal obrigatória do Município para o regime da Segurança Social-Regime Geral; -----
- Nomeações em comissão de serviço de pessoal dirigente em áreas departamentais deficitárias no âmbito da actual estrutura departamental dos serviços do Município, com alguns reflexos na despesa total de 2010; -----
- Preenchimento de postos de trabalho através de contratos por tempo indeterminado e contratos a termo no âmbito do mapa de pessoal; -----
- Contratação de pessoal a termo e em regime de tarefa ou avença para assegurar às delegações de competências, nomeadamente o Programa de Generalização das Actividades de Enriquecimento Curricular. -----

Serviço da Dívida - Face à situação dos mercados financeiros, e, atendendo às actuais taxas de juro praticadas com valores que sofreram descidas e que atingiram níveis históricos, os Juros e outros encargos possuem um **peso** de **5,8%** da **Despesa Total** em **2010**. Comparativamente esta percentagem foi de



10,4% da **Despesa Total** em **2009**, o que evidencia a enorme dependência do Serviço da Dívida de factores exógenos ao controlo do Município. -----

Importa referir que o peso do Serviço da Dívida **representará mais de 15,4% da Despesa Total**. Este agregado económico é, também pela sua natureza, uma despesa orçamental que importa analisar, e em relação à qual se estima um aumento exponencial ao nível da amortização dos empréstimos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, em termos absolutos, de 2.670 mil euros. Isto é uma taxa de crescimento de 103,6% comparativamente com o ano de 2009. Assim sendo, o peso do agregado Passivos Financeiros representará 33,50% da Despesa de Capital do Município para o ano económico de 2010 por força do início da amortização do empréstimo de 20 milhões da Caixa Geral de Depósitos. -----

Assim os encargos globais do Serviço da Dívida previstos totalizam **4.230 mil euros**, e decorrem, na sua globalidade, para o limite de capacidade de endividamento do Município, que está impedido, nos próximos 20 anos, de contrair empréstimos e de assumir encargos que não estejam previstos no Plano de Reequilíbrio Financeiro. O Mapa de Empréstimos do ponto IV – Anexos (Empréstimos – Previsão de Encargos 2010), permite visualizar a informação dos encargos discriminados por instituição de crédito. -----

Entretanto, o Órgão Executivo encontra-se a aguardar a decisão ministerial, da propositura apresentada referente à reestruturação do Plano de Reequilíbrio Financeiro, e que implica a celebração de um novo empréstimo de médio e longo prazos de forma a possibilitar a consolidação orçamental e consequente regularização de dívidas existentes. -----

Classificação Funcional das Despesas Autárquicas - A metodologia adoptada para a distribuição da despesa pelas diferentes funções segue de perto as



actividades desenvolvidas pelas respectivas direcções de serviço, procedendo-se à imputação directa dos respectivos encargos. -----

Estando a maior parte das atribuições e competências das autarquias centradas nas Funções Sociais do Estado, é esta, a função que maior parcela absorverá do orçamento municipal (representando 78,42% do orçamento global). Destacam-se as subfunções Serviços Auxiliares de Ensino; Resíduos Sólidos; Ensino Não Superior; Desporto, Recreio e Lazer; Acção Social; Saneamento e Abastecimento de água cujos montantes investidos orçam 3.505 mil euros, 1.798 mil euros, 1.681 mil euros, 658 mil euros, 516 mil euros, 481 mil euros e 389 mil euros, respectivamente. No entanto, as Funções Gerais terão, também, em 2010, um peso bastante significativo no total orçamentado (12,37%). -----

Em suma, relativamente à Função Social, verifica-se que sobressaem as subfunções: Educação (42,54% do orçamento global), Habitação e Serviços Colectivos (23,23% do orçamento Global), Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (representando 8,42% da Despesa) e Segurança e Acções Sociais (4,24,% do orçamento global). A subfunção Serviços Auxiliares de Ensino ao apresentar-se como aglutinadora de 28,75% do orçamento global aparece como a finalidade privilegiada nas actividades delineadas pela Autarquia no montante de 3.505 mil euros. A função Habitação e Serviços Colectivos com o peso de 14,75%, no Orçamento global, absorverá 1.798 mil euros, nomeadamente nos Resíduos Sólidos. -----

No que diz respeito às Funções Gerais, é a subfunção Administração Geral a mais expressiva em termos de aplicação, representando 11,63% do Orçamento.

Plano Plurianual de Investimentos - inclui, num horizonte móvel de quatro anos, todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estratégicos e operacionais estabelecidos para o Plano de Médio e Longo Prazo, explicitando a



respectiva previsão da Despesa. O P.P.I, contém, por isso, devidamente discriminados os projectos e acções que apliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, coincidindo, assim, o seu total definido com o total da rubrica 07 – Aquisições de Bens de Capital. -----

O Plano Plurianual de Investimentos, obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1 do respectivo Decreto-Lei por: grupos económicos; áreas de actuação (objectivo, programa, projectos e acções) e ainda discriminar a forma de realização das acções (empreitadas, fornecimentos ou outros), datas de inicio e fim, montantes previstos para o ano e anos seguintes, bem como as respectivas fontes de financiamento. -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo manifestou que, do ponto de vista da forma deste orçamento, nada tem a referir. Por outro lado, reconheceu que a situação financeira do Município é complicada. No entanto, esperava que se traçassem metas mais ambiciosas. Por exemplo, os custos do contrato de reequilíbrio financeiro são diferidos para 2011 e por outro lado, a taxa dos resíduos sólidos deveria ser actualizada. -----

O Dr. João Paulo Maricato respondeu que, não poderia colocar quaisquer custos uma vez que ainda não temos resposta do Governo relativamente ao nosso pedido de empréstimo. -----

No que respeita aos resíduos sólidos, o Senhor Vice-Presidente esclareceu que, já se tentou com a REBAT, que esta fizesse a recolha, uma vez que, no seu entender tinha escala para isso. No entanto, a REBAT apresentou um estudo com valores mais elevados do que aqueles que resultaram do concurso que lançámos para o efeito. Mais referiu o Sr. Engº Mota que ainda está por resolver a questão da estação de transferência dos resíduos sólidos. -----



O Senhor Vereador Dr. Artur Melo referiu que houve aproveitamento político no que respeita às transferências correntes no ano de 2008. -----

O Eng^o Mota referiu que é óbvio que o ano de 2008 foi um ano com alguma margem de manobra, fruto da baixa da taxa de juro. Assim, houve mais possibilidade de despesa corrente. Trata-se, é verdade de uma questão política – para onde devem ser canalizados os investimentos. -----

O Senhor Presidente reiterou que gostaria que este plano e orçamento fosse diferente mas a realidade é que estamos condicionados para uma geração. Por outro lado, temos ainda os compromissos assumidos pelo anterior executivo da Câmara, que esteve em funções até Outubro de 2005 e que motivou, aliás, um novo pedido de empréstimo. Esta proposta de Grande Opções do Plano e Orçamento não é totalmente fruto da nossa vontade devido aos referidos condicionamentos, o qual só nos permite fazer aquilo que é possível. Por exemplo, só previmos uma verba de pouco mais de 400 mil euros para as redes de água e saneamento e gostaríamos que fosse 10 vezes mais. Por outro lado, mesmo para conseguir executar os Centros Escolares, tal vai aumentar o nosso serviço da dívida, porque temos que solicitar empréstimos para o efeito, para fazer face à quota da Autarquia. -----

O Senhor Vereador Dr. Artur Melo apresentou uma proposta que se apresenta como anexo 1 à presente acta, a qual elenca uma série de obras. -----

O Senhor Presidente respondeu que sabemos as necessidades de cada freguesia e que, ao longo do mandato, vamos tentando executar novas obras, de acordo com as disponibilidades financeiras. Muitas destas obras estão nas nossas intenções e por isso, gostaríamos de as executar, mas, se calhar, algumas delas não vai possível devido aos condicionamentos financeiros. Há que fazer opções. -----



O Senhor Vice-Presidente referiu que as propostas apresentadas apenas resultam em mais despesas. E a contrapartida das receitas? Há que haver equilíbrio orçamental. Por outro lado, quais as despesas que saem para que esta proposta pudesse ser acolhida. Por outro lado, e no que concerne às obras de saneamento propostas, devemos evitar intervenções casuísticas. A nossa prioridade é apresentar candidaturas com comparticipação comunitária. -----

Realçou ainda o Senhor Vice-Presidente que a nossa autonomia orçamental é de apenas de cerca de 20% - temos o pagamento da dívida, acção social, vencimentos, transportes escolares, etc. -----

O Senhor Presidente resumiu que não se tratava de rejeitar qualquer proposta, mas sim de esclarecer as nossas opções e vamos fazer o que estiver ao nosso alcance para, durante o mandato realizarmos algumas dessas obras, como também desejamos. -----

Deliberado por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador do PS, Dr. Artur Melo, com declaração de voto, a qual se encontra em anexo como anexo II) - aprovar as Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010. À Assembleia Municipal. -----

21. Proposta do PS – Enquadramento orçamental e cabimentação.

Presente a proposta mencionada. -----

O Senhor Presidente referiu que esta proposta decorre da lei, pelo que a maioria do PSD iria abster-se, já que a procura sempre cumprir. -----

Deliberado por maioria com um voto a favor do PS e quatro abstenções do PSD. -----

22. Direito de ocupação dos lugares da Feira do Marco – Prorrogação. -

O Senhor Vice-Presidente explicou a razão de ser desta proposta. -----

